

PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS RECEBEM DIFERENÇAS SALARIAIS

A Fundação São Paulo depositou em julho, para os docentes, o valor correspondente às diferenças salariais decorrentes do reajuste referente a 2024, que deveriam ser pagas na data-base (março/2024), mas que com o demorado processo de negociação só foram estabelecidas em junho. Os funcionários deverão receber os valores correspondentes no dia 15 de agosto.

Porém, de forma diversa ao que foi discutido na última assembleia do Sinpro-SP, a Fundação São Paulo pagou os valores estipulados na forma de abono e não de Participação nos Lucros e Resultados, PLR. Essa diferença na forma do pagamento – abono e não PLR – irá causar prejuízos aos trabalhadores da PUC-SP, uma vez que sob o título de PLR a incidência de impostos tem tributação exclusiva com isenção dos valores anuais até R\$ 6.677,55 (seis mil seiscentos e setenta e cinco centavos) ao passo que, como abono, ocorre o desconto de INSS e Imposto de Renda de acordo com a tabela vigente, dependendo do valor a ser recebido, diminuindo o valor a ser pago. A Fundasp, ao longo dos anos, argumenta que não é

possível a uma entidade filantrópica o pagamento em forma de Participação nos Lucros, uma vez que, teoricamente, não deve existir lucro em suas operações.

A posição da assembleia do Sinpro-SP

Porém, na assembleia realizada pelo SINPRO, em que se votou a proposta de acordo, o presidente do Sindicato dos Professores, Prof. Celso Napolitano, esclareceu que ficou estabelecido pelas partes negociadoras que no texto do acordo a ser firmado deveria ficar reforçada a observação de que hoje vigora uma legislação (Lei 10.101/2000 e 14.020/2020) que permite às instituições ditas sem fins lucrativos pagar a PLR sem perder o seu caráter filantrópico. Mesmo assim, o acordo procurou cercar todas as possibilidades indicando o pagamento com o título de PLR não como obrigatório, mas sim preferencial, ou na forma de Abono Especial.

A FUNDASP adotou então, mais uma vez, o pagamento por abono o que penaliza novamente docentes e funcionários.

Pelo acordo firmado entre os sindicatos e mantene-

doras, ainda restará o pagamento de 0,8%, sobre o salário de dezembro/24, a ser pago em janeiro/2025 a

título de aumento real, totalizando 4,24% de reajuste total sobre o salário de 1º de março de 2024.

A importância da Contribuição Assistencial

Com a assinatura do Acordo Salarial de 2024 a assembleia do Sinpro decidiu aprovar a possibilidade de cobrança da Contribuição Assistencial, que é efetivada sempre após a aprovação do Acordo.

A Contribuição Assistencial constitui-se em um desconto de 3% sobre o salário de setembro/2024. Os associados ao Sinpro-SP já vêm pagando mensalmente esse valor e não deverão ter que realizar novo pagamento.

Temer e Bolsonaro procuraram, com todas as suas forças, derrotar os trabalhadores brasileiros, atacando de forma covarde a estrutura sindical do país, minando suas fontes de recursos. Porém, é inegável que a força do trabalhador está vinculada à força de seu sindicato/associação. Nesse sentido, mesmo que o professor/funcionário não use diretamente os serviços de seu Sindicato ou de sua Associação, muitos dos seus

direitos, como aumento salarial, semestralidade, bolsas de estudo para si, cônjuges, filhos e dependentes legais, recesso de 30 dias, e irreduzibilidade salarial, são conquistas das lutas das suas entidades de classe. Esses benefícios não são oferecidos espontaneamente pelas instituições; foram resultado de negociações firmes dos representantes das categorias. Além disso, esses direitos precisam ser renovados a cada nova negociação, o que exige uma representação forte e ativa.

A contribuição sindical/associativa garante universalidade e equidade, pois as convenções e acordos assinados beneficiam todos.

Os professores/funcionários de São Paulo foram das poucas categorias no Brasil que conquistaram um aumento real de salário. E isto só foi possível por meio da ação de sindicatos e associações mobilizados e atuantes.

APROPUC e AFAPUC respondem à apelação processual da Fundasp

No dia 31/7 os advogados da APROPUC e AFAPUC responderam à apelação da Fundasp interposta contra a decisão judicial de junho de 2024 que julgou totalmente improcedente a demanda da mantenedora.

A Fundasp moveu uma ação contra as associações em virtude da publicação de matéria no PUCviva de 14/07/2023, quando o jornal contestava os novos parâmetros contratuais impostos pela mantenedora que se revelaram danosos aos novos docentes contratados. A Fundasp exigia a retirada de trechos do conteúdo jornalístico do site das associa-

ções e pagamento R\$ 100 mil como danos morais.

Em junho de 2024, o juiz Luiz Gustavo Esteves, da 11ª Vara Cível de São Paulo, julgou improcedente a ação movida pela Fundasp contra as associações de professores e funcionários. Em sua conclusão, o juiz afirmou que “não se vislumbra a intenção das requeridas (APROPUC e AFAPUC) em macular a imagem da autora nos fatos ora analisados, razão pela qual deve-se prestigiar e resguardar a liberdade de expressão, em especial, das associações dos funcionários e docentes da instituição em questão, sob

pena de violação e afronta”.

A Fundasp, porém, descontente com o resultado, buscou, de modo forçado, a reforma da sentença, alegando supostas violações ao artigo 489, § 1º, V, do Código de Processo Civil, insistindo na descabida remoção de conteúdo jornalístico, bem assim, no absurdo pedido de condenação ao pagamento de valor não inferior a R\$ 100 mil a título de supostos danos morais.

Mais uma vez os advogados das associações justificaram a defesa da APROPUC e da AFAPUC contra esta ameaça ao legítimo direito de liberdade de expressão consagrado

mundialmente nas mais diversas jurisprudências.

Em seu longo arrazoado em defesa das associações os advogados Giane Alvares Ambrosio Alvares e Roberto Rainha finalizam argumentado: “As palavras e as expressões contidas na reportagem e que incomodaram a Apelante indiscutivelmente se inserem no âmbito da liberdade de expressão, da liberdade de manifestação do pensamento, da liberdade de imprensa e da liberdade de informação, pilares dos fundamentos da sociedade democrática que se funda no pluralismo de ideias, críticas e opiniões”.

Prezado colega Professor(a)

**RENOVAÇÃO ANUAL DA SUA ADESÃO AO QUADRO
ASSOCIATIVO DA APROPUC!**

AINDA NÃO É ASSOCIADO? ASSOCIE-SE JÁ!

A Fundasp, a partir do Acordo Interno de Trabalho 2023/24 celebrado com a APROPUC/SINPRO, exigiu que o desconto associativo do professor em folha só será efetuado quando o docente manifestar sua concordância ANUALMENTE. No atual Acordo Interno, a APROPUC negociou que a manifestação de concordância poderá ser feita com assinatura simples, sem a necessidade de reconhecimento de firma. Para isso, acesse e baixe o formulário em www.apropucsp.org.br/ficha-de-associacao e

envie para apropuc@uol.com.br. Professores que ainda não são associados, poderão preencher o mesmo formulário para efetuar a sua adesão ao quadro associativo da APROPUC. No último ano, os professores obtiveram ganhos significativos devido à luta da APROPUC contra as investidas da Fundasp para anular os direitos adquiridos dos professores. A diretoria da APROPUC, em constante vigilância e luta, juntamente com os professores reunidos em inúmeras assembleias e com apoio dos funcionários

e estudantes, reverteu a tentativa, por parte da Fundasp, de reduzir o cálculo salarial das atuais 5 semanas para 4,5 semanas. No final do primeiro semestre de 2023, a alteração contratual proposta pela Deliberação do CONSAD 1/2023 que provocaria perdas substanciais ao conjunto dos professores, podendo gerar demissões, foi revertida a partir de pronta ação da APROPUC em conjunto com o SINPRO. Esses ganhos para os atuais professores demandaram altos custos jurídicos e investimentos em comunicação.

A sobrevivência financeira da APROPUC está em jogo. Por isso, é fundamental que os docentes se manifestem e se associem.

A luta continua em muitas outras frentes: inserção na carreira, professores demitidos no “limbo”, etarismo e outras.

PROFESSORA/PROFESSOR: RENOVE SUA ADESÃO À APROPUC! ASSOCIE-SE JÁ! Maiores informações poderão ser obtidas pelo tel/WhatsApp: 11-3872 2685.

Diretoria da APROPUC

Alunos são recepcionados para o 2º semestre com atividades

Na segunda-feira, 5/8, teve início a semana de recepção dos alunos para o 2º semestre letivo na PUC-SP. Com o tema “Resistência Exercida Pela Nossa Universidade”, a programação está repleta de atividades culturais, políticas e sociais, que acontecem entre os dias 5/8 a 27/8.

A instauração da ditadura civil-militar completa 60 anos e a PUC-SP tem um papel importantíssimo na resistência democrática. A universidade tem um destaque na política nacional desde sua criação até os dias atuais e a PUC deseja lembrar sua história aos novos ingressantes e a importância de seu papel na luta pela democracia.

Na primeira semana, aconteceu a recepção com os

coordenadores do curso; acolhimento dos centros acadêmicos; corte de cabelo solidário; apresentações musicais; oficina de graffiti; doação de sangue; celebração dos 25 anos do Escritório Modelo “Dom Paulo Evaristo Arns”; Palestra: “Assédio nas Universidades: Políticas anti-discriminação” com participação da Profa. Dra. Lucineia Rosa; evento EnvelheSer: Desconstruindo estigmas da velhice - com participação da Deputada Federal Luísa Erundina e Muna Zeyn.

A programação se estenderá na próxima semana, tendo como destaque: Aula Magna “Ciência, Tecnologia e Sociedade: O Futuro das Universidades Brasileiras” com o neurocientista Miguel Ni-



Corte de Cabelo Solidário na semana de Recepção aos Calouros - Foto PUCSP- Oficial

colelis no dia 12/09; Mesa Redonda “Saúde mental, raça e cultura: fortalecendo diálogos para atenção e cuidado no ensino superior” com o Prof. Pedro Aguerre (PRO-CRC) e profa. Reimi Solange (FaCHS) no dia 15/08; Roda de Conversa com Ma-

rio Sergio Cortella “Convivência, respeito e tolerância no ambiente universitário: exigência para superação dos conflitos e polarizações contemporâneas” no dia 16/08. Para a programação completa, acesse: <https://www5.pucsp.br/novosestudantes/oo>

19 AGOSTO DEBATE

Luiz B. Pericás

Mauro Iasi

Apresentação do Livro

CHE GUEVARA e a luta revolucionária na Bolívia

19 AUDITÓRIO HORAS 100A

PPG SERVIÇO SOCIAL PUC-SP

PUC-SP

Campus Monte Alegre sofre com número limitado de laboratórios

Mais um semestre se inicia e novamente o problema recorrente se repete: o pequeno número de laboratórios de informática faz com que os professores se engalfinem na disputa por um espaço para suas aulas.

Com o avanço das modernas tecnologias, hoje são poucas as disciplinas que se sustentam unicamente com os antigos formatos didáticos: o antigo sistema de voz e giz hoje passa, invariavelmente, por alguma mediação tecnológi-

ca. E os 14 laboratórios de informática do Prédio Novo mostram-se insuficientes para atender a esta demanda.

Acrescente-se a isso o fato de nossa internet ainda carecer de uma potência adequada, o que originou alguns “apagões” durante este ano.

Os candidatos que concorreram à eleição à Reitoria destacaram este problema como um dos pontos cruciais para o crescimento da universidade. A expectativa é que providências urgentes sejam ultimadas.

Denúncias de desmandos de Ricardo Nunes crescem às vésperas de eleição municipal

A imprensa paulistana tem dado destaque às ações suspeitas que o prefeito Ricardo Nunes tem praticado nos últimos meses.

Entre 2021 e 2023 a gestão Nunes celebrou uma série de contratos emergenciais que vêm sendo contestados pelo Ministério Público e pela Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Cultural por não respeitarem normas legais exigidas para a efetivação desses contratos. Segundo o portal G1: “Os contratos emergenciais com indício de conluio referem-se a obras para contenção de encostas, intervenções em margens de rios, córregos e galerias pluviais, recuperação de passarelas, pontes ou viadutos, que custaram quase R\$ 5 bilhões.

As reportagens mostraram que pequenas firmas de uma mesma família receberam a maior fatia das obras - R\$ 750 milhões”.

Até o momento o prefeito não se pronunciou sobre a legalidade de tais contratos. Por outro lado, desde 9 de abril o Ministério Público e a Gaeco vêm cumprindo mandados de busca e apreensão contra as empresas de transporte UPBus e TransWolf, contratadas pela prefeitura e suspeitas de ligação com o crime organizado e lavagem de dinheiro de organizações criminosas. O volume de acusações contra o prefeito, que tem em Jair Bolsonaro e Tarcísio de Freitas seus principais cabos eleitorais, vem dia a dia se avolumando.

Justiça de São Paulo suspende projeto de escolas cívico-militares

O desembargador Figueiredo Gonçalves atendendo a um pedido do Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo (Apeoesp), suspendeu a lei que instituiu as escolas cívico militares no estado de São Paulo, até a decisão final do Supremo Tribunal Federal.

A excrescência denominada escola cívico-militar foi um projeto do governador bolsonarista Tarcísio de Freitas que instaura a militarização no ensino paulista com a introdução de militares aposentados na administração das escolas estaduais.

O projeto de Tarcísio de Freitas foi aprovado na Assembleia Legislativa depois de uma intensa repressão

contra os manifestantes que se opunham à medida. O Ministério Público Federal já havia manifestado sua opinião em junho deste ano dando parecer de inconstitucionalidade para o projeto pois “À luz do ordenamento jurídico constitucional e subconstitucional, não há possibilidade de fusão de modelos de educação civil e militar”.

O deputado Carlos Giannazi, que ingressou junto ao Ministério Público com o pedido da APEOESP, comemorou a decisão. “Essa vitória é dos estudantes, dos profissionais da educação e de todo o estado de São Paulo. Não à militarização da educação! Seguimos na luta”.

Estudantes discutem autoritarismo na educação

No próximo dia 13 de agosto às 10h no auditório 117A acontece o lançamento da caravana “E se a universidade fosse nossa?”, promoção da União Estadual dos Estudantes (UEE)

A mesa terá como tema “Da

Militarização às Catracas - Combatendo o autoritarismo na educação” e dará aos participantes certificado de horas complementares.

A mesa terá como convidados Bianca Borges, Presidente da UEE São Paulo

e Advogada formada pela USP, professora Madalena Guasco Peixoto, diretora da Faculdade de Educação e a coordenação de Hector Batista Estudante de Direito da PUC-SP e Diretor de Comunicação da UEE SP.

Ex-aluna de Ciência da Religião ganha Prêmio Jabuti

A ex-aluna Claudia Alexandre, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião, foi contemplada com o primeiro lugar no Prêmio Jabuti Acadêmico, na categoria Ciência da Religião com o trabalho “Exu-mulher e o matriarcado nagô”.

**professor e funcionário,
filie-se à sua associação!**

Somente a participação efetiva na APROPUC e AFAPUC garante conquistas superiores à própria Convenção Coletiva, melhores condições de ensino e trabalho, contrato de trabalho diferenciado, manutenção de uma imprensa combativa, luta permanente por uma aposentadoria digna, entre tantas outras conquistas que só podem ser viabilizadas com uma associação forte e atuante.

SUA PARTICIPAÇÃO NA LUTA DE DOCENTES E FUNCIONÁRIOS ADMINISTRATIVOS É FUNDAMENTAL!

ASSOCIE-SE:

PROFESSORES: www.apropucsp.org.br/ficha-de-associacao
 FUNCIONÁRIOS: <https://www.afapuc.org.br/formularios/>

APROPUC **AFAPUC**